

“AOS POUCOS, A VIDA VOLTA AO NORMAL”. CONFLITOS E COTIDIANO EM UM ASSENTAMENTO RURAL¹

*Amone Inacia Alves*²

Resumo: O presente estudo tem por objetivo analisar o cotidiano de um assentamento rural, Fazenda São João do Bugre, a mais antiga ocupação em Goiás, a fim de analisar as experiências vivenciadas após o período de conflito. A escolha desse assentamento, na região de Goiás, se deu pelo fato de ter, desde o processo de acampamento e ocupação, um forte acompanhamento e suporte da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Contribuiu, também, para a escolha desse assentamento o fato de que as entrevistas selecionadas com agentes e ex-agentes pastorais apontaram para o fato de que eram inexistentes movimentos sociais no campo no Estado antes dessa ocupação. Com o uso da etnografia, entrevistas de caráter semiestruturado, procuramos captar os sentidos e os significados da conquista da terra para aquele grupo. Nesse propósito, questionamos: Em que aspectos tornaram visíveis as mudanças provocadas pela formação empreendida pela CPT aos trabalhadores rurais da Fazenda Estiva/São João do Bugre? A fim de analisar essa questão fomos ao Assentamento da Fazenda Estiva, para melhor entender os resultados dessa formação empreendida pela CPT.

Palavras-Chave: Conflito; Assentamento Rural; Cotidiano; Religiosidade Camponesa; Formação.

1 Trabalho inicialmente apresentado na Anped Centro-Oeste em 2013.

2 Mestre em Sociologia pela UFPR, Doutora em Educação pela UFG. Professora Adjunto da FE/UFG, atuando nas áreas de Educação, Trabalho e Movimentos Sociais.

Abstract: this study aims to analyze the daily life of a rural settlement, Fazenda São João do Bugre, the oldest occupation in Goiás, in order to analyze the experiments experienced after the period of conflict. The choice of this settlement, in the region of Goiás, was given by the fact that, since the process of encampment and occupation, a strong follow-up and support of the Pastoral Commission of the Earth- CPT. Contributed also to the choice of this settlement that the selected interviews with agents and former pastoral pointed to the fact that were non-existent social movements in the country in the State before this occupation. With the use of Ethnography, interviews of Semistructured nature, we seek to capture the senses and meanings of the conquest of the Earth for that group. In that purpose, question: in which ways made visible the changes caused by the training undertaken by CPT rural Farm workers Stowage/São João do Bugre? In order to analyze this question went to the farm Settlement stowage, to better understand the results of the training undertaken by CPT.

Keywords: Conflict; Rural Settlement; Daily Life; Religion; Training Peasant.

INTRODUÇÃO

Esse texto, fruto da pesquisa de doutorado intitulada: “Quem deu à luz: A CPT e a formação de trabalhadores rurais” visa apreender como se constitui o cotidiano, tomado nos espaços da religiosidade e trabalho, no Assentamento São João do Bugre (GO), antiga Fazenda Estiva, localizada no interior de Goiás.

Mostraremos como o trabalho da Comissão Pastoral da Terra – CPT – participou na formação de trabalhadores rurais nesse Assentamento. Para tanto, inquirimos: como a concepção religiosa contribuiu para a consciência política? Como se encontra atualmente, após 20 anos de imissão de posse, São João do Bugre?

Na primeira parte, mostraremos o surgimento da ocupação da Fazenda Estiva, que após a fase de assentamento, passou a se chamar Fazenda São João do Bugre. Em seguida, mostraremos o cotidiano do Assentamento São João do Bugre (GO) vinte anos após a sua consolidação. Na segunda parte, mostraremos como foi o trabalho de formação de trabalhadores empreendido pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, naquele assentamento.

1. A ocupação da Fazenda Estiva/ São João do Bugre

O início da ocupação da Fazenda Estiva se deu quando Antônio Baiano³ chegou ao lugar em 1979, lá encontrando Antônio Vitorino. Do outro lado do Rio do Bugre, na Fazenda São João do Bugre, moravam outras cinco famílias, trabalhando na condição de agregados. Nesta versão, segundo Antônio Baiano, Alceu de Barros lhe confidenciou que estaria providenciando a documentação da terra e quando assim sucedesse, ele poderia permanecer onde estava.

No entanto, de acordo com este relato, em março de 1981, ou seja, três anos depois, apareceu Helion Barros de Oliveira, filho de Alceu de Barros, pressionando para que todos dali se retirassem, vez que havia comprado as terras de seu pai. Antonio Baiano afirma que inicialmente, o próprio Helion o procurou, fortemente armado, exigindo que se retirasse. Dois meses depois, os jagunços abriram uma picada e fizeram uma cerca aos redores do rancho. Seguiram-se os incêndios, cortes da plantação, tiros a esmo e dois despejos, sendo o primeiro datado na ordem judicial de 28 de junho de 1984.

Diante de tanta pressão, cinco famílias saíram. Antônio Baiano afirma que Antônio Vitorino teria sido cooptado por Helion, prometendo-lhe a permanência na terra, caso ele não entrasse no movimento. O fato é que Antônio Baiano convenceu outros vizinhos a resistirem na terra a fim de assegurarem a sua permanência.

Os posseiros, por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, requereram providências legais como o mandato de segurança, pois já tinham o direito legal de posse. A esses posseiros somaram mais famílias, com a finalidade de tanto permanecerem na posse, como em solidariedade.

O agravamento da situação se deu quando em 30 de maio de 1984 o fazendeiro Helion de Barros de Oliveira, acompanhado de um jagunço armado, invadiu a residência de Antônio Alves de Souza, Antônio Baiano, atacando-o violentamente o que provocou a sua hospitalização e um inquérito policial registrado na Polícia de Goiás.

O histórico de agressões não parou por aí. Em 25 de junho do mesmo ano, o Antônio Baiano voltou a ser agredido por Helion no Cartório da cidade de Goiás, sendo testemunhado por oito funcionários do cartório. Ao mesmo tempo, por ordem de ação judicial do juiz da Cidade de Goiás, João Jubé, no dia 26 de junho do mesmo ano, três famílias foram despejadas da fazenda,

3 O único posseiro, propriamente dito era o Antônio Baiano, apesar de a partir de 1983 passaram a morar 18 famílias em um mesmo rancho de folha de bacuri, de 6mx 3m.

acompanhadas pelo oficial de justiça com mais três jagunços.

No momento do despejo só estavam presentes no acampamento as crianças, pois os posseiros trabalhavam nas plantações. Os jagunços quebraram os pertences dos posseiros, levando-os em um caminhão. No dia seguinte, mais uma vez a mando de Helion, jagunços armados atearam fogo em quatro ranchos e duas residências, uma casa de farinha e um paiol. Além disso, soltaram 86 cabeças de gado nas plantações, destruindo-as. No decorrer dos acontecimentos mais uma vez Antônio Baiano foi ameaçado de morte.

Na ocasião do conflito Dom Tomás Balduino⁴, solidarizando-se com os posseiros, realizou uma missa na catedral da Cidade de Goiás, ainda que ações de despejo fossem emitidas pela justiça local⁵.

O fato é que a Fazenda Estiva marca um novo posicionamento da igreja em relação aos conflitos agrários. Sobre esse novo modo, o depoimento do ex-agente da pastoral é significativo:

Então, o primeiro trabalho da CPT foi teológico, porque a igreja antigamente tinha uma aliança com a oligarquia rural que defendia que a propriedade era sagrada, então ninguém poderia tocar que era tabu. E isso era de Deus, era assim mesmo. A pastoral da terra teve que fazer um trabalho de reconceitualização teológica, para entender até que ponto a propriedade era sagrada e se era sagrada mesmo e se era pecado mesmo fazer ocupação de terra e querer uma terra. E muitas vezes caminhava mesmo na linha de dizer que era inveja, querer o que era do outro. Muitas vezes mesmo caminhava numa linha moral de entender que hoje tem muita gente sem-terra e muita terra sem gente, isso é fruto de uma história de uma construção histórica, e não de uma realidade dada por Deus⁶.

Neste sentido, percebe-se que a própria igreja teve que se adaptar à proposta de acompanhar os trabalhadores nas suas lutas. Em um primeiro momento, esse trabalho funcionou no plano da assessoria jurídica, seja no apoio ou na própria organização, como na doação das comunidades católicas de alimentos, roupas e remédios. Porém, em um segundo, e talvez o mais importante momento, o trabalho da CPT era mais no sentido de um apoio moral, para que os trabalhadores tivessem um amparo nas suas conquistas.

4 Além disso doações em favor dos “Posseiros da Estiva” eram estimuladas pela própria igreja.

5 A imissão da posse só foi possível no dia 12 de novembro de 1988, sendo que o decreto de desapropriação foi no dia 10 de agosto de 1987.

6 Entrevista concedida em 07/08/09

Neste propósito, de apoio moral, a religiosidade conferiu uma força para que mantivessem na resistência aos grileiros, à justiça e à própria desmotivação comum a que se encontravam na condição de sem-terra.

Então tudo isso foi feito um trabalho, me lembro muito bem que no início os agricultores resistiram e disseram: não, não farei isso, é pecado. Mas na medida em que os trabalhadores foram percebendo que a terra é um dom de Deus deixada para todos e que quem começou com a escritura foi exatamente aqueles que tinham a responsabilidade de cuidar, então as pessoas começam a rever a sua concepção teológica, sua relação com a terra, sua perspectiva de fé e começam então a ter experiências importantes de luta pela terra, os trabalhadores começam a fazer uma releitura da própria palavra de Deus e dos seus conceitos e preconceitos ideológicos nessa questão da terra. Então começa a ter trabalhadores que dizem: não é assim que as coisas acontecem (Entrevista concedida em 21/10/2011 por um agente pastoral que acompanhou os trabalhadores em ocasião da ocupação).

Essa fala do agente pastoral é significativa também porque mostra que o trabalho da CPT foi também em direção da conscientização dos trabalhadores rurais, de que lutar por seus direitos não era um erro, mas uma necessidade, haja vista as más condições a que se viam submetidos. A CPT conferiu ainda um novo status ao movimento, que era quanto à possibilidade de organização, que praticamente era desconhecida no campo. A fala de Manuel Santana, Manezão, mostra a importância desse respaldo político:

Só que antes a gente não pensava nessas entidades de apoio. Não pensava em sindicato, não pensava na federação dos trabalhadores, CPT, a gente não conhecia. A gente não sabia nem se tinha algum advogado que teria coragem de trabalhar pra uma pessoa que tava naquela situação... Um trabalhador pensando no outro trabalhador. Mas pensando que a gente teria a ajuda de Deus, só (PESSOA: 1999, p. 92).

Esse respaldo político foi responsável pelo modus operandi que seria adotado dali por diante pela igreja presente em outras ocupações. Era necessário constituir um modo de ação que de fato marcasse a presença da CPT no campo da formação. Isso porque em um primeiro momento da transmissão do capital simbólico foi o de transmitir um capital político, instrumentalizando os trabalhadores para o enfrentamento nas primeiras demandas pela terra.

Esse modus operandi consistia em mudar a forma de agir do trabalhador, ampliando a sua concepção sobre a necessidade do enfrentamento, ou das

próprias conquistas advindas dos embates. Essa mudança de perspectiva em relação a esse modo de agir incluiria a percepção na forma de enxergar na terra, a promessa de Deus. Com esse intento, a CPT conseguiu atingir trabalhadores com a apropriação da linguagem bíblica, conforme relato de Tonho Palestina, trabalhador rural, ex-agente pastoral:

Eu vivia na terra com os meus irmãos e meu pai a gente começou então a participar da leitura da bíblia, e logo em seguida já, no começo de 78, a gente começou a discutir a questão do sindicato daquela região lá. Uma coisa que deu muita força para a gente naquela época do regime militar foi a CPT que já tinha um trabalho grande na região de Goiás, mas na minha diocese de São Luís de Montes Belos, o bispo não aceitava, por causa dos fazendeiros, da terra muito concentrada, aí mesmo assim, nós fazíamos as nossas reuniões da comunidade (Entrevista concedida em 05/06/2009).

Esse trabalhador passou a ser formado a partir da absorção de um tipo de militância política imbricada a uma perspectiva religiosa. Conforme afirma Franco a ocupação de terras passa a ser uma “ação política sacralizada” (Pessoa, 1999). Sem essa sacralização da luta, acredito, talvez não seria viável se pensar em ocupações e posses no contexto dos anos 1980.

O resultado da formação empreendida pela CPT aparece nas falas e práticas, no momento do confronto direto com a polícia, seja para acalmar demandantes pela terra, ou mesmo para conferir um alento:

(...) Em São João do Bugre, um trabalhador que está assentado lá até hoje, um senhor de idade o senhor Antônio, em que ele começou a fazer uma luta pela terra, pela posse dos pais que estavam a sessenta anos, a terra foi grilada, e ele fez toda uma luta e a questão da terra entrou junto nessa luta, e ajudou e ele dizia: eu rezo duas horas por noite para dar conta do enfrentamento da pistolagem no outro dia. (Entrevista concedida por um ex-agente da pastoral em 21/05/2009).

O apoio dado pela Comissão Pastoral da Terra serviu para dar uma maior visibilidade à Igreja Progressista⁷, ainda que não houvesse um consenso sobre a participação de membros católicos nas lutas sociais⁸.

7 É claro que não se pode deixar de mencionar a participação de uma ala da igreja ligada à hierarquia eclesiástica. O episcopado de Dom. Tomás Balduino foi significativo no sentido de aproximar a igreja das causas sociais, como na criação do Movimento de Educação Brasileira - MEB ou mesmo da participação da CPT.

8 Vários bispos impediam a atuação da CPT nas suas Dioceses, seja pelo próprio conservadorismo de suas convicções ou por receio da identificação da igreja com os movimentos sociais e a consequente perda de membros que não queriam participar desse tipo de comunidade religiosa.

Os que ficam, os que vão...

A priori, partimos do pressuposto de que os assentamentos rurais não são uma realidade estanque, mas um processo de ressignificação de experiências, que envolveram diferentes mediadores. Em alguns assentamentos aparecem novas formas de sociabilidade, sobretudo, organizativas, como cooperativas e associações. Novas demandas aparecem voltadas para as negociações com o governo.

Estiveram presentes na história dos assentamentos diferentes agentes: partidários, religiosos e sindicais, trazendo uma nova dinâmica ao movimento, transformando o teor da reivindicação. Muitos desses agentes foram abrindo espaço para outras pessoas advindas de outros espaços sociais. Há ainda aqueles que mantêm uma rotina de frequência nos assentamentos, desde a época dos acampamentos que lhe deram origem, tais como: líderes de movimentos sociais, promotores, pesquisadores, policiais executando ordens judiciais. Todos exerceram, ou exercem ainda, uma forte influência para o assentado, que absorve desses agentes alguma forma de conhecimento.

Como realidade de mudança no próprio assentamento, encontramos novos assentados que na maioria das vezes, conhecem pouco, ou desconhecem totalmente, o histórico da região. Alguns nunca ouviram falar que ali desenrolou uma luta sangrenta pela posse, com feridos a bala dos dois lados. Esses novos moradores não possuem o conhecimento necessário para participar da luta, mas exercem uma influência sobre ela, de alguma maneira, seja neutralizando as ações do grupo, ou mesmo mudando o estereótipo de parceleiro local.

Isso porque a maioria desses novos moradores se encontra instalada na região, devido à compra da parcela, ainda que formalmente isso não aconteça por limitações impostas pela legislação e pelo controle do Incra. Então, são designados como ‘sitiantes’, ‘chacareiros’ ou ‘pequenos proprietários de terras’.

A entrada de novas pessoas nos assentamentos reconfigura o lugar, também, pelo fato de que são vistos como gente de fora, com pouco conhecimento dos que lá estão desde o início. Alguns desses novos proprietários fazem da gleba de terra uma chácara de lazer de final de semana, chegando a ficar quinze dias sem ir até lá, comprada já de terceiros moradores, que por sua vez tinham comprado de antigos parceleiros. Questionamos sobre a possibilidade do acontecido, sendo respondido que a essa prática, muito comum por sinal, as autoridades

que supervisionam fazem vista grossa.

Os assentamentos rurais também são influenciados pela conjuntura, sendo que diferentes agentes formadores participaram na formação de quadros de lideranças e base, no trabalho de assessoria jurídica, nos projetos de implantação de novas tecnologias ou nas práticas de associativismo rural, dentre tantas outras situações que tornam o assentamento uma realidade de múltiplas mudanças.

Entre os trabalhadores rurais, como não poderia ser diferente, essa mudança tem outras dimensões. Alguns assentados, pela experiência de êxito em outros movimentos sociais, atuam em sindicatos e até militam em partidos políticos, sendo muitas vezes candidatos que se elegem.

A título de exemplo, a gleba Mosquito foi indicada a trabalhadores rurais principalmente vindos de Itapuranga, por parceiros da Estiva, que não só apontaram a sesmaria, como ajudaram na organização e resistência. Os primeiros ocupantes nos disseram que trabalharam intensamente no sentido de indicar aos outros “o caminho das pedras”. Isso mostra, mais uma vez, a influência da formação, aqui no caso, trabalhadores rurais que adquiriram conhecimentos e os transmitiram a outros trabalhadores rurais, o que possibilitou novas ocupações.

Nos assentamentos, encontramos ainda, assentados que de certa forma abandonaram as parcelas, pela simples descrença nas possibilidades de futuro na posse da nova terra. Esses viram enormes dificuldades em nela permanecer por dificuldades de acesso – São João do Bugre, por exemplo, é recortada por estrada de chão a aproximadamente 10 km do asfalto – ou pela distância de levar os meninos da escola. A família mora na cidade, ficando apenas um dos membros no campo, a fim de garantir a posse.

Ao invés de enviar produtos próprios da roça para a cidade, como a carne de porco, bovina e aves em geral, como galinhas e perus, e seus derivados – toucinho, leite, queijo, manteiga, ovos, dentre outros – é o contrário que acontece. A maior parte dos produtos consumidos é importada dos supermercados e mercadinhos mais próximos. No campo pouco ou quase nada se produz.

Esses parceiros, ainda que tenham os direitos de posse, pouco trabalham na terra, que serve apenas como moradia. É bem mais fácil procurar emprego na cidade ou em outras fazendas, haja vista as queixas feitas que os financiamentos do governo não são fáceis de conseguir.

Há entre as histórias de vida dos assentados aqueles que, no entanto,

não abandonaram os seus lotes, que continuaram trabalhadores rurais no pedaço de terra que adquiriram. Esses assentados passaram a adotar um novo linguajar típico de quem conhece todo o processo jurídico de aquisição de terras, levando adiante novos capitais, a fim de ajudar em novos empreendimentos.

A labuta empurra o trabalhador para essa aquisição desse conhecimento. O cotidiano faz com que o homem do campo se torne aguerrido pelas contingências sociais em que se encontrava na condição de não proprietário. A militância aparece na solidariedade aos outros companheiros que se acham na mesma situação.

O conhecimento adquirido pelos assentados permite inúmeras conquistas. Um dos entrevistados se tornou líder, pois por seu intermédio que os vizinhos conseguiram energia elétrica, antes mesmos dos grandes proprietários de terras da região. Na entrevista contou que um grande fazendeiro da região ironizou: “Você poderia ser candidato a vereador, tudo o que quer consegue”, ironia que foi devolvida na mesma medida: “Se eu me candidatasse a vereador, o senhor deveria ser o prefeito”.

Na Fazenda Estiva, atual São João do Bugre, os trâmites legais da regularização da área demandaram oito anos, com enormes incertezas em relação ao êxito ou fracasso da aquisição ou não da terra. Segundo relatos de parceiros, naquele período não podiam plantar e colher, pois estavam constantemente ameaçados pelos jagunços, que chegaram a incendiar os ranchos e destruir as plantações várias vezes.

Tornou-se necessária a manutenção de novas relações de sociabilidade com pessoas “de fora” do assentamento, com os povoados próximos, com o poder público municipal, com os candidatos a vereadores e deputados que muito prometem e vão pedir votos, além de várias outras instituições que vez ou outra visitam os assentamentos, sugerindo formas de plantio, associativismo, dentre outras práticas vistas com o intento de melhorar a situação do assentado.

Acrescentam-se às experiências, novas amizades com vizinhos parceiros que se tornam compadres de filhos, inclusive nascidos já na parcela. Tornam-se amigos, além de parceiros, dos mediadores que frequentaram e muitas vezes ainda frequentam o assentamento, a exemplo dos agentes pastorais.

A visita ao São João do Bugre provoca surpresa e perplexidade. Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de que não encontramos no local nenhum projeto de continuidade da reforma agrária. A

impressão deixada é que, passados os primeiros anos de incentivos financeiros, não existem atualmente propostas governamentais que deem seguimento a esses incentivos.

No entanto, a partir das falas, percebemos outro discurso. Para os parceiros, o plantio envolve a aplicação de insumos agrícolas industrializados, bem como o manuseio de máquinas modernas, razão pela qual necessitam de créditos do governo, que nunca vieram, ou vieram tardiamente, desvalorizando o poder de compra.

Percebemos que nos relatos, há ainda, outra concepção para o trabalhador rural, de que a terra e tudo o que ela possa dar, passa a assumir uma ideia de valor de troca, abandonando qualquer tentativa de plantio ou cultivo de alimentos. Parecem, com esse argumento, absorver a mesma lógica mercantilista do agronegócio.

Esse pensamento comum que atinge o campo brasileiro, cujo assentado reproduz no seu cotidiano, pode ser atribuído à própria inexperiência do camponês com a condução de suas terras. Um fato pode explicar essa dificuldade em gerir a sua própria parcela: percebe-se que há uma dificuldade muito grande em partilhar terras, máquinas e produtos em comum. Os assentados tendem a reproduzir os mesmos valores anteriores à aquisição do lote, orientando-se a organizar o espaço rural com uma visão individualista, tendo cada um o “seu quintal”.

Assim foi em São João do Bugre, onde cada um recebeu o seu lote e não participou de qualquer atividade coletiva. A questão econômica do assentamento ficou reduzida à produção da família, sendo que o plantio do milho, do feijão, da mandioca, da laranja e o manejo de animais como galinha, porco e gado de leite apareceram como a principal fonte de renda.

Atualmente, notamos um aspecto ainda mais grave, que é o fato de não encontrar quase nenhuma produção de cunho familiar. Notamos que grande parte dos assentados aluga o pasto como única fonte produtiva e compra da cidade a maior parte dos gêneros alimentícios de que precisam.

Os assentados, então, dedicaram-se ao plantio e trato de animais domésticos adotando um modelo de organização, cuja forma de sociabilidade garante não só a sobrevivência do núcleo, mas das despesas com alimentação na cidade.

Percebe-se que onde houve a formação de uma sociedade civil no meio rural, ocorreu uma maior incidência da agricultura familiar (Abramovay, 1997, p.55). Onde houve latifúndios, ou formação associativa no meio

social, a evasão do campo para a cidade foi bem menor. Isso porque a agricultura familiar torna-se um elemento decisivo na oferta racionalizada de serviços – transportes, educação, comunicações, eletricidades – fazendo com que se reduzam as diferenças entre vida rural e urbana, condição básica para a permanência do homem do campo no campo.

Nas situações em que isso não vingou, houve um forte êxodo rural, de uma ou mais gerações, alterando o modo de vida camponês. No caso do São João do Bugre, os alimentos produzidos como excedente, passaram a ser vendidos principalmente na cidade de Goiás, garantindo uma renda extra para a família, em uma produção eminentemente feminina. Por algum tempo esse modelo funcionou adequadamente, garantindo a renda.

No entanto, ao longo de sua existência como assentamento rural, várias situações ocorreram. Na época da imissão na posse, nove famílias receberam as parcelas e passaram a viver na terra. Naquele momento, as famílias estavam imbuídas em produzir, plantando e colhendo o alimento necessário para a subsistência. Tentativas de cooperativa e de produção autossuficiente, que supriria as necessidades do núcleo, não é a realidade que pode ser observada atualmente. Das nove famílias, apenas quatro permaneceram na propriedade. Os outros núcleos familiares, por motivos diversos como: óbito do cônjuge, dificuldades de permanência por falta de recursos, doença, ou mesmo desinteresse, venderam a parcela, conforme também já citamos.

Nos lotes dos quatro que permaneceram, não aconteceu o que se chama de ‘produção familiar’, porque o núcleo produtivo se desfez ou foi bastante alterado. Os filhos cresceram, foram estudar na cidade e de lá nunca voltaram. Ficaram no campo apenas os mais velhos que não têm mais “forças” para o trabalho pesado da roça, como é o caso de um assentado que vive apenas com a mulher, também idosa. Então resta nos assentamentos uma população envelhecida, cuja idade não permite uma inserção ativa no mercado de trabalho. Fixou no lugar também, graças a uma não adaptação ao ritmo de vida.

Essa situação mostra, por outro lado, que a parcela ocupada pelos pais não gera interesse dos filhos em permanecer no campo, a não ser quando se inscrevem em movimentos sociais, demandando também um lote de terra. Em São João do Bugre o filho de um assentado conseguiu uma parcela nos fundos da propriedade do pai, e nela convive com sua família. No entanto, percebemos aí uma situação isolada, que não reflete a realidade na maioria dos assentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias dos assentados em São João do Bugre têm em comum o fato de que, imbuídas de significações sucedidas pela luta da terra, trouxeram importantes mudanças para o retrato dos assentamentos rurais no Estado de Goiás – como a possibilidade para outros trabalhadores de ocupar e resistir e conseguir a posse – mudando as suas próprias vidas, o que possibilitou alterações na forma de atuação, de trabalhador rural a militante político.

Pode-se dizer que a fase de acampamento foi expressiva para a mudança de perspectiva de suas trajetórias. Isso porque, naquele momento de visibilidade, houve a construção de uma consciência coletiva de sem-terra, provocada pela necessidade de efetivação do projeto de vida, o que tornou necessário a aquisição de uma série de habilidades intrínsecas para participar do confronto e das negociações.

Então, receber a terra, assume simbolicamente não apenas a conquista de uma renda, mas de um projeto de liberdade, o que significa ser dono da condição de trabalho. Encontramos na fala dos entrevistados, esse fato como a principal vantagem em vivenciar todas aquelas situações de violência presenciadas na fase do acampamento.

A Comissão Pastoral da Terra atuou na formação dos trabalhadores rurais em momentos distintos. Essa formação empreendida ocorreu no próprio momento do conflito, quando era necessário instruí-los, sobre os direitos e as demandas que deveriam compreender, a fim de garantir a posse.

A CPT naquele momento enviou não apenas advogado, mas agentes pastorais, que passaram a frequentar mesmo em momentos de muito conflito. O trabalho da CPT foi no sentido de inserir a questão da terra uma visão mística, que serviu como alento para as horas mais difíceis.

Antes da presença da igreja, os trabalhadores acreditavam que, as ações desenvolvidas de apossamento e ocupação, eram “invasão de coisa alheia”, “de roubo da propriedade”, “de bandidagem”. Aos poucos, através das palestras realizadas pela Pastoral, e pela cumplicidade construída com os agentes pastorais, os trabalhadores internalizaram que, nada mais faziam, do que perseverar e acreditar, dobrando o joelho sem se levar ao aprisionamento.

Então, pode-se afirmar que a área da formação oferecida pela CPT, permitiu ao trabalhador rural aquisição de uma série de habilidades para o desdobramento dos conflitos. Se até aquele momento do ‘encontro na Estiva’, o que havia era uma necessidade de sobrevivência individual, no curso dos acontecimentos, aos poucos, se constituíram laços entre os

trabalhadores rurais, na construção do “nós”, do pertencimento coletivo e da visualização de uma classe social de sem-terra.

No entanto, mostramos que a formação empreendida em São João do Bugre esbarrou na efetividade econômica do assentamento, incompatibilidade que existe entre os projetos do governo e de alguns mediadores para a concreta reforma agrária no Brasil. Em muitos casos, inclusive observados diretamente em São João do Bugre, existe uma distância considerável entre os que pensam claramente no significado da conquista da terra e dos que planejam. Projetos de governo não são capazes de incorporar a vida desses assentados, que na maioria das vezes, a imissão da posse chega no momento em que já se encontram exaustos da labuta diária.

Entre o sonho e a realidade, São João do Bugre ficou no meio do caminho.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e o uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.2, p.76-88, Abr/jun, 1997.

BOLETIM informativo: CPT – Regional Centro Sul de Goiás. a 1, n. 3, mar/ 1985

BOLETIM da Comissão Pastoral da Terra, n1, Ano I, Goiânia, dez. 1975, p.8

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. O campo científico. In ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. Col. Grandes Cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1983, p. 21-38.

CPT – Dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985.

CPT A luta pela terra: A comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.

GOMES, L.A.L. A dolorosa transição: de trabalhadores sem-terra a trabalhadores com terra. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências Sociais – UFG, Goiânia, 1992.

IANNI, O. **A utopia camponesa**. In Dialética e capitalismo. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. O Mundo agrário. In **A era do globalismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 1997.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura: NEAD. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MEDEIROS, L.S. de. Questões sobre o sindicalismo rural. in **Tempo e presença**, CEDI, n. 243, jul. 1989^a, p. 7-9.

_____. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1986.

PANINI, C. **Reforma agrária dentro e fora da lei**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

PELOSO, R. **A força que anima os militantes**. Caderno de Formação do MST, 27, 1998, p.7.

PERANI, C. Comissão Pastoral da Terra: novidades e questionamentos. In **Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – dez anos de caminhada**. Petrópolis: Vozes, 1985;

PESSOA, J. de M. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás no Aprendizado da Itinerância. In **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas dirigidas de constituição do campesinato**. NEVES, D. P. (org.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

_____. **A Revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999a.

_____. **A igreja da denúncia e o silêncio do fiel.** Campinas: Editora Alínea, 1999b.

_____. et al. **Saberes do nós.** Ensaaios de educação e movimentos sociais. Goiânia, Ed. da UCG, 2004.

POLETTI, I. A CPT, a igreja e os camponeses. In org. **Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – dez anos de caminhada.** Petrópolis: Vozes, 1985;

SILVA, J. S. da. A CPT Regional Goiás e a questão sociopolítica no campo. **Dissertação defendida na Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia** - UFG: Goiânia, 2003.

SILVA, M.A. de M. **A luta pela terra: experiência e memória.** São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA. A., Formação da identidade coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. **Dissertação de mestrado apresentada na: Universidade estadual de Campinas,** Faculdade de Educação, Campinas 1994.